Perdas e Danos em assentamentos informais urbanos

Resumo e material informativo para organizações parceiras da Misereor

misereor
AÇÃO COMUM JUSTA GLOBAL

Elaboração
UNU EHS
MCII

A mudança climática já está causando eventos extremos mais intensos e frequentes. Esses eventos são classificados ou como eventos súbitos (sudden onset), como inundações bruscas, chuvas fortes ou tempestades, ou como eventos de evolução lenta ou gradual (slow onset), como secas e alterações no regime de chuvas que não são imediatamente perceptíveis nem produzem impactos imediatos. Seu avanço progressivo pode ocultar os efeitos iniciais, dificultando a avaliação dos prejuízos (Singh et al., 2021). Os dois tipos de eventos podem resultar em consequências desastrosas para as pessoas afetadas, seus pertences e o meio ambiente.

As medidas vigentes para se adaptar aos impactos da mudança climática (adaptação) e limitar novas emissões (mitigação) não são suficientes para enfrentar a velocidade e a escala dos impactos climáticos. Como resultado, perdas e danos1 causados por desastres são uma realidade para a qual devemos estar preparados/as. Podem ser descritas como "efeitos adversos da mudança climática que não são ou não podem ser evitados por ações de mitigação e adaptação" (van der Geest e Warner, 2020).

Por isso, um tema central das negociações climáticas da ONU é a forma de apoiar países e lugares afetados em seus esforços para lidarem com as perdas e danos. O termo "perdas e danos" foi utilizado pela primeira vez em negociações da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, na sigla em inglês) em 2007, e, desde então, tem sido motivo de controvérsia. Em 2015, o Acordo de Paris incluiu um artigo (artigo 8) sobre perdas e danos. No entanto, os recursos financeiros necessários nessa área não foram mencionados. Na COP26, foi criada a Rede de Santiago sobre Perdas e Danos (SNLD), que tem o objetivo de prestar assistência técnica aos países em desenvolvimento para ajudá-los a lidar com Perdas e Danos. No ano seguinte, na COP27, a agenda formal incluiu, pela primeira vez, mecanismos de financiamento para Perdas e Danos, e foi criado um Fundo de Perdas e Danos. Os detalhes do fundo foram acordados na COP28, quando os países se comprometeram a contribuir com quase 700 milhões de dólares. Enquanto o Banco Mundial foi selecionado para abrigar o Fundo de Perdas e Danos, a SNLD é abrigada pelo Escritório das Nações Unidas para a Redução de Desastres (UNDRR) e pelo Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos.

Embora tenham sido feitos progressos significativos, ainda há muito trabalho pela frente. É fundamental assegurar o financiamento contínuo do fundo e que ele possa oferecer apoio com a rapidez e a escala exigidas. Para isso, é necessário desenvolver arranjos institucionais que atendam às necessidades dos respectivos países. A tarefa parece mais fácil do que é, pois há vários desafios a serem superados. Perdas e danos são de fato uma realidade, mas ainda não existe uma definição universal. As perdas e danos concretos podem variar muito, dependendo de fatores como localização, cultura, geografia ou grupo afetado.

Distingue-se, em geral, entre perdas e danos econômicos e não econômicos. Perdas e danos econômicos são impactos que afetam bens e estruturas comercializáveis, como moradias, lavouras e estradas. Já perdas e danos não econômicos incidem sobre aspectos aos quais normalmente não se atribui valor monetário, como o patrimônio cultural ou a saúde psicológica (UNFCCC, 2013).

Apesar do crescente número de estudos sobre como perdas e danos são vivenciados, ainda há pouca evidência sobre as estratégias mais eficazes para enfrentá-los e sobre os arranjos institucionais necessários para garantir que os indivíduos mais afetados pela mudança climática recebam apoio adequado. Comunidades de assentamentos informais urbanos, por exemplo, pertencem ao grupo mais vulnerável.

[1] *Perdas e danos referem-se, de modo geral, a impactos em determinada localidade, enquanto o conceito de "Perdas e Danos" ("Loss and Damage") diz respeito a toda a estrutura internacional que trata dessa questão, incluindo o fundo específico*

Impactos em áreas urbanas e assentamentos informais urbanos e necessidade de ação

Mais da metade da população global vive atualmente em áreas urbanas – proporção que deve chegar a 70% até 2050. Cerca de 1,1 bilhão de pessoas vivem em assentamentos informais e estima-se que 2,8 bilhões de pessoas estejam em situação habitacional inadequada (ONU-Habitat, 2023). Muitas delas – talvez a maioria – não está devidamente preparada para a mudança climática e os desastres associados. Como consequência, estão enfrentando perdas e danos, como indicado na ***Figura 1***.

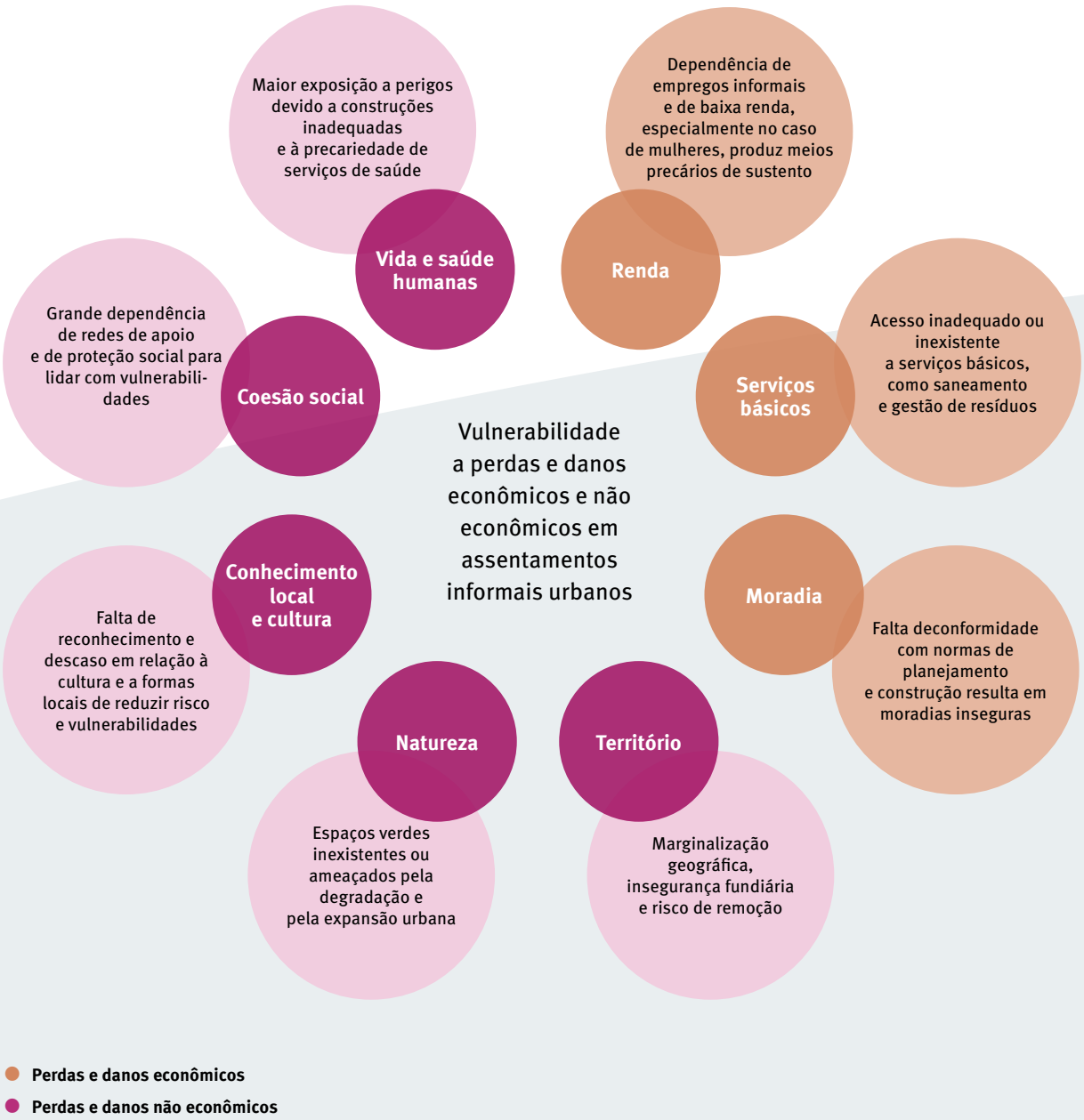


***Figura 1**: Exemplos de perdas e danos econômicos e não econômicos e vulnerabilidades específicas de assentamentos informais urbanos (Mirwald et al., 2023)*

© Schneide/Misereor post Kreklow/Misereor

A falta de preparação, somada à alta exposição e vulnerabilidade da população de assentamentos informais urbanos (Satterthwaite et al. 2020) agrava ainda mais os impactos de desastres. Além disso, no caso de desastres, há o risco de efeitos em cascatas: as pessoas permanecem presas a um ciclo de pobreza e marginalização. Conflitos não resolvidos, resultado de políticas e marcos legais inadequados ou inexistentes em relação à posse da terra e aos direitos de propriedade, exacerbam vulnerabilidades já existentes e dificultam a capacidade de adaptação. Frente a desastres, essa população já fragilizada enfrenta obstáculos adicionais decorrentes da falta de recursos próprios e da lentidão da assistência pós-desastre. Muitas vezes, ela é excluída de medidas de auxílio e de programas de reconstrução pós-desastre, o que aumenta sua vulnerabilidade diante de desastres futuros.

Esses desafios continuarão crescendo. Nas próximas três décadas, a estimativa é que outros dois bilhões de indivíduos estejam vivendo nesses assentamentos – o equivalente a cerca de 183 mil pessoas a mais por dia (ONU, 2023).

A grande maioria desse crescimento ocorrerá em cidades de países de baixa e média renda, principalmente na Ásia e na África Subsaariana, em parte devido a migração e conflitos. Isso significa que o maior ônus recairá justamente sobre cidades e países que já enfrentam sérios desafios, incluindo desastres associados ao clima.

O acesso a instrumentos financeiros para Perdas e Danos podem contribuir para reduzir a carga sobre os assentamentos informais urbanos. Para isso, é fundamental a cooperação de diversos atores, de diferentes níveis e contextos, como: governos, organizações da sociedade civil (OSCs) e comunidades locais. É necessário responder às seguintes perguntas para desenvolver um plano de ação significativo e bem direcionado:

Quais são as perdas e os danos específicos enfrentados pelos assentamentos urbanos informais?

Um estudo encomendado pela Misereor e. V. examinou as experiências e necessidades relacionadas à informalidade urbana, utilizando dados de assentamentos informais urbanos em três cidades: Nairóbi, São Paulo e Jacarta (Mirwald et. al., 2024) Em cada uma dessas cidades, diferentes tipos de ameaças – sobretudo inundações, secas e ondas de calor – causam perdas e danos econômicos e não econômicos (***Figura 2***).

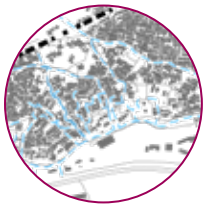
Vista para uma rua lateral de um assentamento informal em Jacarta, na Indonésia, Foto: Flitner/Misereor

Jardim Pantanal

Ameaças

"Antes chovia muito o mês todo e a comunidade ficava alagada por dois ou três dias. Hoje não, é uma chuva de 20 minutos, tão forte que nos assusta, nos assombra, e termina causando um grande transtorno."

(Representante de ONG em São Paulo)



Kibera

Ameaças

"No ano passado, muita gente em Kibera perdeu o trabalho, a casa e até a própria vida por causa das enchentes. Isso é muito comum aqui nesse assentamento informal."

(Representante de ONG em Nairóbi)

Kalibaru

Ameaças

"Durante as marés, as casas desapareceram. Como as casas foram destruídas, o governo iniciou o programa de construção de barragens. [...] Alhamdulillah, ajudou. Ajudou as pessoas.
Há, basicamente, um evento de abrasão por ano. Depois disso, as pessoas começam a reconstruir."

(Funcionário de uma casa de bomba, Kalibaru)

***Figura 2:** Ameaças e seus impactos nos três assentamentos informais em Nairóbi, São Paulo e Jacarta*

© Schneide/Misereor post UNU-EHS Mapas elaborados com dados do ArcGIS 2023 e Open Street Map 2024

As maiores perdas e danos são ligados à moradia adequada, à saúde e à segurança financeira – três áreas que os assentamentos urbanos informais já estão enfrentando, mesmo sem ameaças relacionadas ao clima. Perdas e danos nessas três áreas podem desencadear outras, como a perda de propriedade, diminuição da coesão social, entre outras. Quaisquer perdas e danos podem agravar vulnerabilidades já existentes em assentamentos informais urbanos e tornar as pessoas ainda mais vulneráveis a impactos futuros (***Figura 3***).

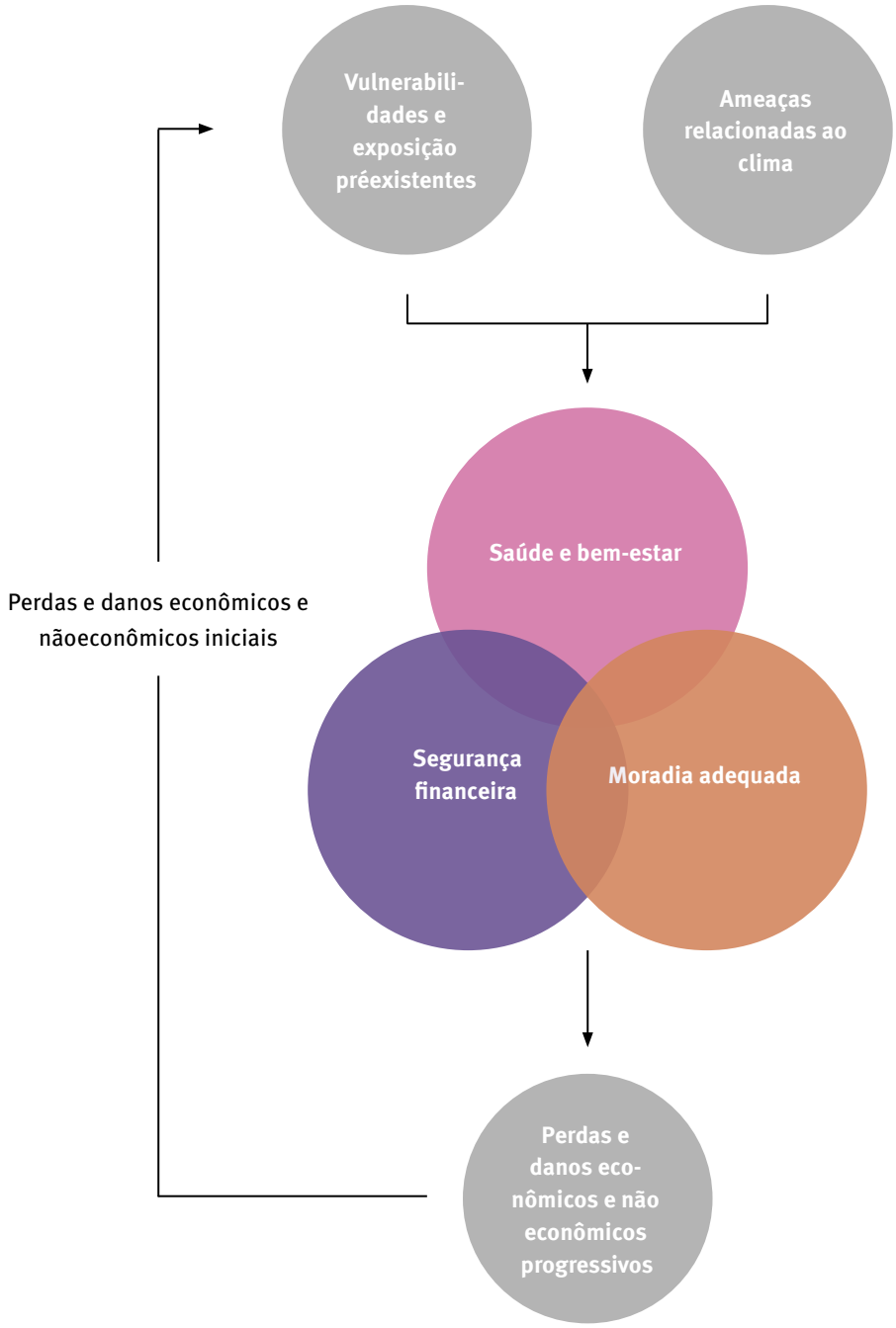


***Figura 3**: Representação esquemática de como vulnerabilidades pré-existentes, exposição e riscos relacionados ao clima provocam perdas e danos iniciais e progressivos em assentamentos informais urbanos*

© Schneide/Misereor post Kreklow/Misereor

Casas não resistentes a inundações ou deslizamentos podem ser totalmente destruídas, resultando na perda de pertences cujo valor sentimental é muito superior ao seu valor de mercado. Além disso, a perda de moradia pode desabrigar ou deslocar pessoas — dois fenômenos que tendem a agravar ainda mais os impactos negativos sobre os meios de sustento. Os riscos à saúde já existentes costumam se intensificar. Após inundações, instalações sanitárias já inadequadas tornam-se inutilizáveis. Ademais, o aumento da temperatura contribui para o aumento do número de doenças, o que pode fazer com que as pessoas não consigam mais trabalhar. Aquelas pessoas que sofrem perdas pessoais frequentemente enfrentam impactos significativos na saúde mental. Além do impacto financeiro direto, como a perda de produção que poderia ser vendida, as perdas e danos mencionados também geram insegurança financeira, pois as moradias exigem reparos e os gastos com saúde tendem a aumentar.

Como o direito à moradia, ao saneamento, à saúde e a condições de vida dignas é reconhecido em diversos tratados internacionais de direitos humanos (Assembleia Geral da ONU 1966, 1948), perdas e danos que afetam a moradia, a saúde, o bem-estar e a segurança financeira podem potencialmente configurar uma violação de direitos humanos.

Como avaliar Perdas e Danos e qual o papel que as OSCs podem desempenhar?

Para reivindicar direitos, é preciso saber exatamente o que foi perdido. Governos em todas os níveis e outras partes interessadas (como organizações da sociedade civil e humanitárias) também precisam de informações concretas para responder adequadamente a perdas e danos e definir prioridades. Quando dispõem de dados adequados, esses atores conseguem reivindicar seus direitos e buscar apoio (financeiro) adicional em diversos níveis governamentais ou internacionais. Em suma, sem quantificar os prejuízos, não é possível enfrentar o problema, exigir reparação ou viabilizar soluções financeiras. Por isso, é crucial levar em consideração os assentamentos informais e as perdas e danos vivenciados por eles, seja adaptando abordagens existentes ou desenvolvendo novas abordagens mais adequadas à realidade desses territórios. A avaliação de perdas e danos e dos custos correlatos é um campo que ainda se encontra em evolução.

Assentamentos informais e suas populações raramente estão preparados para enfrentar as ameaças ligadas ao clima: Vista de um assentamento informal em Nairóbi.

A avaliação de perdas e danos não econômicos (NELD, na sigla em inglês) constitui um desafio particular, pois é quase impossível de ser mensurada, embora seja a metodologia de avaliação mais comum. Para assentamentos informais urbanos, é imprescindível encontrar um meio adequado de determinar perdas e danos não econômicos. Embora muitos dos bens materiais dos/as moradores/as não tenham alto valor monetário (devido à precariedade da moradia), eles têm um grande valor intrínseco, pois representam uma parte do meio de sustento. Ao excluir perdas e danos não econômicos do debate sobre Perdas e Danos, corre-se o risco de ignorar uma parte considerável do impacto, sobretudo no Sul Global, onde os desastres, em geral, deixam perdas econômicas relativamente menores se comparadas às perdas de saúde e de vidas (ONU, 2021).

Não há metodologias oficiais para avaliar Perdas e Danos. No âmbito da ajuda humanitária e da gestão de desastres, é muito comum a utilização de metodologias como a Avaliação de Danos e Perdas, desenvolvida pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), e a Avaliação das Necessidades de Recuperação Humana (HRNA). Com base nessas abordagens, organizações internacionais criaram a Avaliação de Necessidades Pós-Desastre e Marco de Recuperação (PDNA/RF, na sigla em inglês). Juntas, essas ferramentas servem para harmonizar a avaliação, análise e priorização de danos, perdas e necessidades entre as diversas partes interessadas (por exemplo, agências e programa da ONU, Banco Mundial, doadores/as, ONGs), apoiando o governo do país em questão. Na tentativa de reunir bases de dados e fontes de informação dispersas, o Escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres (UNDRR, na sigla em inglês) está desenvolvendo um novo sistema de monitoramento de perdas e danos provocados por desastres. Esse sistema substituirá o antigo Sistema de Gestão de Informações sobre Desastres DesInventar (UNDRR, 2023).

É comum que perdas e danos em assentamentos informais urbanos sejam ignorados – em parte devido à falta crítica de dados. Muitas vezes, assentamentos informais urbanos não são incluídos nos censos oficiais. Como resultado, a documentação do impacto de desastres é escassa, dificultando o acesso a apoio financeiro ou de outra natureza. Apesar de já serem realizadas avaliações comunitárias em diversos locais, muitas vezes apoiadas por organizações da sociedade civil (ver ***Figura 4***), elas costumam ser ignoradas pelos governos. Como consequência, as lacunas de informação persistem, mesmo diante da disponibilidade de dados potenciais ou até concretos.

Vista de um assentamento informal em São Paulo, Brasil.
Foto: Kopp/Misereor

Abordagens identificadas

Desafios relacionados a dados e avaliação

Abordagens comunitárias

- Perfil do assentamento
- Mapa comunitário das ameaças
- Mapeamento da infraestrutura
- Mapa de pontos históricos
- Levantamento feito pela população
- Mapa afetivo
- Recolher informações de pessoas idosas e líderes tradicionais

Conduzidas por especialistas (incl. OSCs e ONGs)

- Levantamento topográfico
- Modelo 3D
- Mapa de áreas sujeitas a riscos
- Estudo comparativo antes e depois da implementação de projetos
- Registro de desastres em redes sociais
- Registro das pessoas que receberam apoio após um desastre
- Coleta de dados em clínicas móveis
- Avaliação de impactos
- Cadastro individual para acesso a apoio
- Parceria com universidades e institutos de pesquisa para promover estudos locais e dar orientação jurídica a moradores/as sobre questão fundiária e posse da terra

Conduzidas pelo governo

- Cadastro municipal e estatísticas
- Mapas e estatísticas fornecidos por órgãos nacionais
- Lei que permite que qualquer cidadã(o) solicite dados ao governo
- Pesquisa Demográfica e de Saúde
- Avaliação de impactos
- Avaliação de impactos após um desastre
- Lei que permite processos legislativos

Dados de relevância local

Dados gerados e utilizados por autoridades

Figura 4: *Lista agregada de práticas de avaliação observadas nos estudos de caso de Jacarta, Nairóbi e São Paulo*

© Schneide/Misereor post Kreklow/Misereor

As perdas e danos em assentamentos informais estão frequentemente relacionados às causas estruturais da vulnerabilidade de quem vive na informalidade urbana. O mapeamento dos efeitos em cascata nesses assentamentos pode lançar luz sobre a inter-relação entre as vulnerabilidades pré-existentes, a informalidade e a formação cotidiana do risco. Esse mapeamento deveria considerar não só efeitos locais, mas também consequências translocais de perdas e danos, por exemplo, nas áreas rurais de origem das pessoas que residem em assentamentos. Os governos e as comunidades locais não teriam estrutura suficiente para realizar essas avaliações, mas as OSCs poderiam prestar apoio.

Como deveria ser um mecanismo de financiamento que garanta um apoio mais justo, rápido e adequado?

Não há mecanismos de financiamento voltados ao enfrentamento de perdas e danos decorrentes da mudança climática. No entanto, um financiamento destinado a prevenir, minimizar e responder a perdas e danos não exige atividades inéditas, mas precisa preencher as lacunas existentes no cenário atual de financiamento. Esse cenário envolve, entre outras iniciativas, ações de desenvolvimento em geral, mitigação e adaptação à mudança climática, assistência humanitária, planejamento e resposta a emergências, saúde, recuperação e reconstrução, migração e realocação, além da urbanização e regularização de assentamentos informais. Além disso, há uma ampla variedade de fontes de financiamento em níveis regional, nacional e local que podem contribuir para diferentes aspectos do conceito de Perdas e Danos.

Pesquisas locais em Nairóbi, São Paulo e Jacarta revelaram várias opções de financiamento em cada uma das três cidades. Mesmo assim, a maioria delas apresenta limitações ou bastante espaço para aprimoramento. Fontes de recursos incluem governos em seus diferentes níveis, organizações da sociedade civil, entidades filantrópicas e o setor privado, com uma ampla variedade de modalidades de financiamento e repasse. Nos três casos, governos nacionais e subnacionais já investem consideravelmente em ações climáticas e de resposta a desastres, mas em nenhum dos casos os recursos públicos são suficientes para cobrir todas as frentes necessárias.

O financiamento atual apresenta vários obstáculos e limitações.
A ***Box 1*** indica os principais obstáculos identificados.

Dificuldades de financiamento

Em levantamentos locais realizados em Nairóbi, São Paulo e Jacarta, bem como em entrevistas com especialistas internacionais, foram identificadas 8 dificuldades principais de acesso a financiamento:

Acessibilidade dos fundos

1. Critérios de elegibilidade para receber determinado apoio podem prejudicar pessoas que vivem ou trabalham em situação de vulnerabilidade.
2. Como o acesso de OSCs a financiamento direto é limitado, elas enfrentam dificuldade para agir de maneira preventiva ou responsiva.
3. Muitas vezes, as OSCs e OBCs não dispõem das informações necessárias ou não cumprem os requisitos para solicitar financiamento, inclusive devido a processos burocráticos.

Arquitetura do financiamento

4. Os recursos disponíveis não atendem às necessidades locais, estando mais voltados às prioridades e preferências dos/as doadores/as.
5. É imprescindível garantir transparência e prestação de contas na utilização dos fundos para os fins previstos e, ao mesmo tempo, evitar excessos na elaboração dos relatórios.
6. Devido à ausência de uma rede centralizada de OSCs, doadores/as e governos muitas vezes não sabem para onde direcionar recursos financeiros (este problema é chamado de "money-out problems", ou problema de destinação dos recursos).
7. A falta de formalização das estruturas de apoio comunitário ou simplesmente a falta de organização comunitária agravam ainda mais esse problema.
8. A falta de confiança entre as OSCs e os governos locais impede a participação dessas organizações no planejamento e nos gastos.

Box 1

Com base no exposto, foram identificados três caminhos para levar recursos destinados à gestão de Perdas e Danos às comunidades impactadas:

1. Reforçar e ampliar mecanismos atuais de proteção social

Uma rede de proteção social reúne políticas e programas voltados à redução da pobreza e da vulnerabilidade, como seguro social, assistência social e programas de inclusão econômica e laboral (Banco Mundial, 2024). Esses mecanismos dão proteção contra riscos individuais (como problemas de saúde) e coletivos, incluindo desastres naturais e eventos climáticos. Em muitos países, já há redes de seguridade social que podem ser ampliadas e aprimoradas. Em outros, o governo deveria receber ajuda para estruturar esses sistemas de forma sustentável (Aleksandrova e Costella, 2021). Esses sistemas podem ser utilizados para entregar assistência emergencial por meio de recursos adicionais, e, por isso, precisam ser ampliados em caso de catástrofes ou outras emergências. Trata-se, portanto, dos chamados sistemas de proteção social adaptativos. As OBCs podem contribuir para a coleta de dados, a identificação de sistemas de desembolso e a concepção e implementação de novas medidas em nível local.

2. Reconhecer o papel fundamental de organizações locais

O envolvimento da população local, especialmente dos grupos mais vulneráveis, é fundamental para desenvolver programas sustentáveis que respeitem o contexto e a cultura da região. Muitas vezes, comunidades são as primeiras – e às vezes as únicas – a dar uma resposta após desastres. Apesar de seu papel crucial, comunidades locais e OSCs enfrentam grandes dificuldades para acessar diretamente recursos financeiros. Governos e doadores/as devem reconhecer o papel crucial que as OSCs desempenham no preenchimento de lacunas de governança em assentamentos urbanos informais e criar condições para que exerçam um papel ainda mais ativo.
Doadores/as precisam ajustar seus mecanismos de financiamento e criar esquemas que facilitem o acesso e considerem a realidade de pequenas organizações locais e comunidades informais. Nem toda comunidade conta com organizações fortes. Por isso, é necessário criar estruturas sólidas de participação e organização da comunidade para ir além de respostas de curto prazo.

3. Coordenação e governança multinível

O enfrentamento de desafios enormes, como a mudança climática, exige o envolvimento de múltiplos atores e níveis. Como consequência, exige coordenação e governança adequadas, envolvendo atores governamentais e não governamentais. Uma governança multinível facilita o compartilhamento de responsabilidades e recursos entre vários níveis, viabilizando soluções compreensíveis e integradas. Essa abordagem é um elemento chave para que verbas destinadas a Perdas e Danos cheguem, de fato, às comunidades. Em assentamentos informais, OBCs e OSCs em geral estão mais próximas da população do que a própria gestão municipal e, por isso, devem ser incluídas no processo. As OSCs desempenham um papel único na defesa de comunidades e OBCs.

Moradores/as de assentamentos informais são particularmente vulneráveis ao impacto da crise climática, como aqui no Vale Mathare, em Nairóbi, Quênia. Foto: Schirmel/Misereor

Como as medidas e respostas existentes podem ser integradas em soluções de longo prazo?

Já conhecemos várias medidas e soluções para aumentar a resiliência e melhorar as condições de vida em assentamentos informais urbanos. É fundamental aprender com as experiências e os instrumentos existentes, por exemplo nas áreas de proteção social e planejamento urbano. Redes robustas de proteção social podem evitar a duplicação de cadastros de beneficiários, agilizando a assistência em contextos de emergências e ações para evitar, minimizar e enfrentar perdas e danos. Por outro lado, existem abordagens que não foram bem-sucedidas – como a realocação, alvo de críticas justificadas. No entanto, é essencial entender que não há uma definição padronizada para o que se entende por assentamento informal. Ao definir ações, portanto, é preciso levar em conta aspectos culturais, sociais e geográficos. As OSCs podem oferecer uma orientação valiosa devido às suas experiências obtidas no trabalho em assentamentos urbanos informais.

As comunidades, por sua vez, podem aprender com outros grupos historicamente marginalizados a se organizarem para dialogar com autoridades políticas ou doadores/as. Grupos indígenas, por exemplo, desenvolveram "protocolos comunitários" para definir processos de consulta e tomada de decisão antes da implementação.

Paradigmas fundamentais, como o direito à cidade e a justiça climática, podem servir de referência para desenvolver um mecanismo adequado ao enfrentamento de perdas e danos em assentamentos informais urbanos. A ***Figura 5*** mostra os diversos pilares da justiça climática e como eles correspondem à concepção de ações nos diferentes níveis. A justiça distributiva diz respeito à distribuição equitativa tanto dos benefícios quanto dos custos. A justiça procedimental refere-se à equidade, à responsabilização e à transparência em processos decisórios envolvendo iniciativas ligadas à mudança climática. Já a justiça do reconhecimento, por sua vez, tem como foco o reconhecimento de desigualdades socioeconômicas e políticas que agravam a vulnerabilidade e a marginalização dentro das comunidades atingidas, ao mesmo tempo em que ressalta a igualdade dos direitos humanos.

Acesso a diversos fundos de Perdas e Danos por comunidades urbanas marginalizadas, sob a ótica da justiça climática e suas implicações do nível local ao internacional

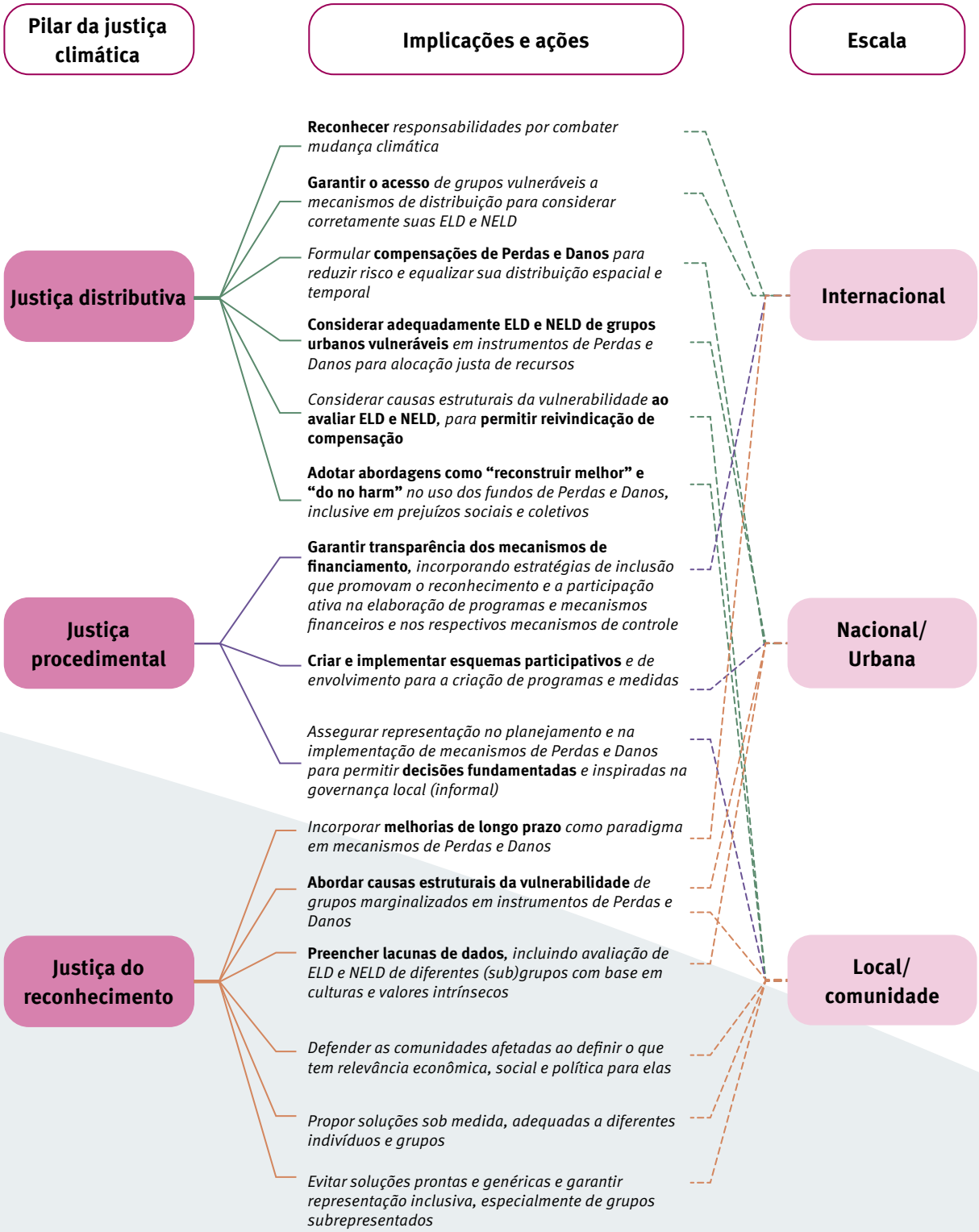


***Figura 5**: Acesso a diversos fundos de Perdas e Danos por comunidades urbanas marginalizadas, sob a ótica da justiça climática e suas implicações do nível local ao internacional*

© Schneide/Misereor post Kreklow/Misereor

Como avançar e qual é o papel das OSCs?

É necessário garantir às comunidades de assentamentos informais urbanos a oportunidade de viver com dignidade, sem enfrentar impactos extremos de desastres e das mudanças climáticas. Ações para evitar, minimizar e enfrentar perdas e danos podem ser um instrumento eficaz nesse sentido. Portanto, é preciso seguir certos princípios para que uma abordagem promissora não acabe reforçando vulnerabilidades existentes. O risco é real, e o momento de criar e implementar medidas condizentes é agora. Esse esforço exige a cooperação de todos os níveis e de todas as partes interessadas, em pé de igualdade.

Recomendações para OSCs:

1. Atualmente, há lacunas na consideração adequada de Perdas e Danos não só entre os níveis nacional e urbano, mas também entre os níveis urbano e local de assentamentos informais. OSCs podem preencher essas lacunas, atuar como "intermediárias neutras" e agir em defesa de comunidades vulneráveis, promovendo a cooperação internacional para fortalecer institucionalmente as OSCs locais, não apenas durante a execução de projetos específicos.

2. As comunidades afetadas nem sempre se percebem como impactadas por desastres induzidos pelas mudanças climáticas e, por isso, podem não reconhecer ou reivindicar seu direito a apoio. Nesse contexto, as OSCs podem atuar na sensibilização e na oferta de orientação jurídica a comunidades afetadas. Além disso, elas ocupam posição estratégica para fortalecer capacidades e promover a autonomia dessas comunidades, permitindo que elas se tornem suas próprias defensoras.

3. As OSCs devem fortalecer sua própria capacidade de mobilizar recursos, inclusive por meio da formação de alianças. Iniciativas de capacitação focadas em áreas como formalização, gestão financeira e elaboração de propostas podem permitir que as OSCs tenham acesso a oportunidades de financiamento. Nesse sentido, a aprendizagem entre pares é particularmente eficaz, pois permite que as OSCs adquiram conhecimento prático e habilidades de forma acessível e colaborativa.

4. As OSCs devem apoiar as comunidades na superação de lacunas de informação, especialmente no que diz respeito aos impactos em cascata de desastres em contextos informais. Os dados gerados, incluindo avaliações conduzidas pela própria comunidade em parceria com a sociedade civil e o meio acadêmico, podem ser utilizados para melhorar a preparação para desastres, influenciar políticas públicas e estabelecer relações com autoridades municipais e outros atores.

Como resultado, elaboramos um total de 20 recomendações, inclusive para as OSCs, conforme ilustrado na ***Figura 6***.

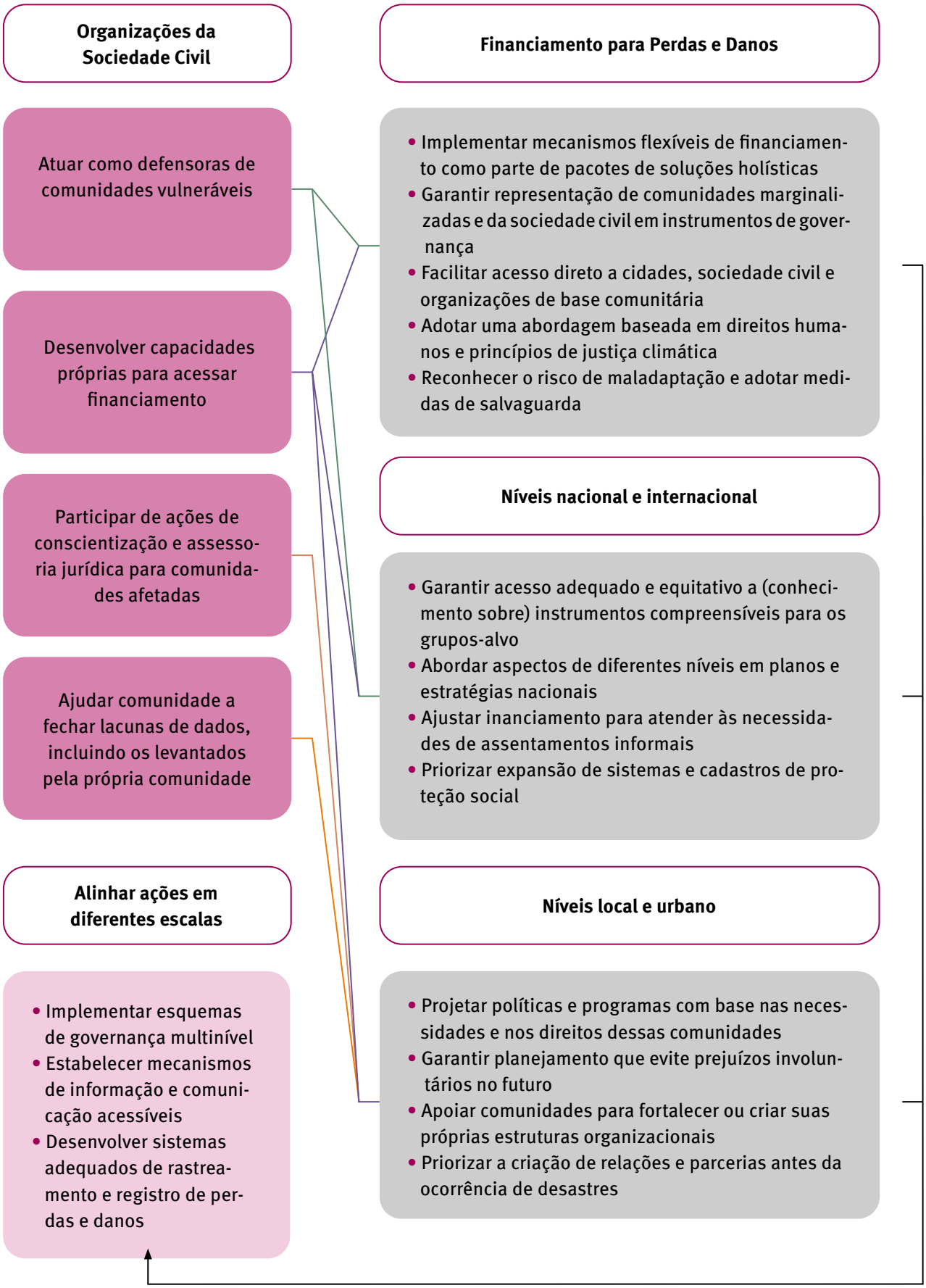


***Figura 6**: Recomendações para estabelecer ações destinadas a evitar, minimizar e enfrentar Perdas e Danos, indicando, em particular, os potenciais e as ações de OSCs*

© Schneide/Misereor post Kreklow/Misereor

Aviso Legal

Editora
Bischöfliches Hilfswerk
Misereor e. V.
Mozartstraße 9
52064 Aachen, Alemanha

Telefone: +49 241 442 – 0
Fax: +49 241 442 – 188
E-mail: postmaster@misereor.de
Site: www.misereor.org
Aachen, maio de 2024

Elaboração
Universidade das Nações Unidas – Instituto para o Meio Ambiente e a Segurança Humana (UNU-EHS) e Iniciativa de Seguro Climático de Munique (MCII)

Autores/as
Simone Sandholz
Magdalena Mirwald
Douwe van Schie
Lucas Turmena
Alejandra Ramos
Syed Muhammad Jaffar Abbas
Bonera Bananayo
Nabiyya Perennia
Caroline Kibii
Sönke Kreft
Kees van der Geest

Editores/as
Kai Klause
Anika Schroeder

Tradução
Ada Felix
Vanessa Schumacher

Revisão
Paula Peres

Desenho gráfico
Kreklow/ Misereor

Foto de capa
Kopp/Misereor

Bibliografia

Aleksandrova, Mariya; Costella, Cecilia (2021): Reaching the poorest and most vulnerable: addressing loss and damage through social protection. Em *Current Opinion in Environmental Sustainability* 50, pp. 121–128. DOI: 10.1016/j.cosust.2021.03.010.

Mirwald, Magdalena; van Schie, Douwe; Sandholz, Simone (2023): Mind the Gap: Addressing and Financing Loss and Damage in Informal Urban Settlements. Editado pela Bischöfliches Hilfswerk Misereor e.V. Aachen. Disponível em: https://www.misereor.org/fileadmin/user_upload_misereororg/publication/en/climatechange_energy/Misereor_Brief_Mind_the_Gap_Loss_and_Damage_in_Informal_Settlements.pdf, verificado em 24/03/2024.

Satterthwaite, David; Archer, Diane; Colenbrander, Sarah; Dodman, David; Hardoy, Jorgelina; Mitlin, Diana; Patel,
Sheela (2020): Building Resilience to Climate Change in Informal Settlements. Em *One Earth 2* (2), pp. 143–156. DOI: 10.1016/j.oneear.2020.02.002.

Singh, Chandni; Jain, Garima; Sukhwani, Vibhas; Shaw, Rajib (2021): Losses and damages associated with slow-onset events: urban drought and water insecurity in Asia. Em *Current Opinion in Environmental Sustainability* 50, pp. 72–86. DOI: 10.1016/j.cosust.2021.02.006.

UN (2021): Climate and weather related disasters surge five-fold over 50 years, but early warnings save lives - WMO report. UN News Global perspective Human stories. United Nations. Disponível em https://news.un.org/en/story/2021/09/1098662.

UN (2023): The Sustainable Development Goals Report 2023: Special Edition. Towards a Rescue Plan for People and Planet. United Nations. New York. Disponível em: https://unstats.un.org/sdgs/report/2023/The-Sustainable-Development-Goals-Report-2023.pdf, verificado em 30/03/2024.

UN Habitat (2023): Rescuing SDG 11 for a resilient urban planet | UN-Habitat. Nairóbi. Disponível em: https://unhabitat.org/rescuing-sdg-11-for-a-resilient-urban-planet.

UNDRR (2023): Disaster Losses and Damages tracking system. United Nations Office for Disaster Risk Reduction. Disponível em: https://www.undrr.org/Building-risk-knowledge/disaster-losses-and-damages-tracking-system-dldt,, atualizado em 9/4/2023, verificado em 04/09/2023.

UNFCCC (2013): Non-economic losses in the context of the work programme on loss and damage. United Nations Framework Convention on Climate Change (Technical Paper, FCCC/TP/2013/2). Disponível em: https://unfccc.int/resource/docs/2013/tp/02.pdf.

van der Geest, Kees; Warner, Koko (2020): Loss and damage in the IPCC Fifth Assessment Report (Working Group II): a text-mining analysis. Em *Climate Policy* 20 (6), pp. 729–742. DOI: 10.1080/14693062.2019.1704678.